**Sobre o uso e abuso do nome de Deus**

[Por: Roberto E. Zwetsch]

**Reflexões a partir das últimas eleições gerais no Brasil (2018)\***

**Introdução**

Começo com um caso exemplar: a derrota de Fernando Henrique Cardoso para Jânio Quadros a prefeito da cidade de São Paulo em 1985. Houve várias razões para este “imprevisto”, mas duas delas são significativas. A primeira se deu após uma reportagem publicada num dos jornais de SP de maior circulação. A reportagem levou FHC até a sala do prefeito da cidade e pediu que ele se sentasse na cadeira do chefe do executivo. Fizeram destaque para a foto e ela saiu estampada nos jornais. Foi um verdadeiro gol contra. A segunda se deu num debate de TV em que perguntam ao candidato se acreditava em Deus. FHC disse que não. Segundo gol contra. Político que se preza não pode afirmar seu ateísmo no Brasil, seja ideológico ou prático. Nas eleições seguintes FHC aprendeu e nunca mais disse isso explicitamente. Sempre desconversou ao ser questionado sobre sua fé.

Mas esta questão do uso do nome de Deus na política institucional não é nada de novo sob o céu na política brasileira1. Há um caso exemplar que vale recordar. Trata-se do apoio do presidente Getúlio Vargas (agnóstico, positivista) à Igreja Católica quando da instalação da estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1931, bem no início da Ditadura Vargas do Estado Novo que durou 15 anos. Para a igreja oficial não importava que o regime fosse uma ditadura. Importava sim garantir a ascendência da Igreja Romana na sociedade e na política do governo do país.

Nas últimas décadas constatamos no Brasil a ascensão do neopentecostalismo e seu projeto de poder. Desde pelo menos 2010 líderes de igrejas neopentecostais (e em parte também da Assembleia de Deus) vem elegendo um número crescente de candidatos ao Congresso Nacional (deputados e senadores), também nas Assembleias dos estados e nos municípios, com destaque para nomes vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), mas não só ela. Nas eleições de 2018, este campo religioso elegeu vários governadores, prefeitos e muitos parlamentares. Demonstram assim força política considerável e agora no início das disputas políticas cobram seu espaço nas instâncias do poder federal, para algum desconforto do presidente eleito. Seu discurso está baseado inequivocamente numa leitura conservadora do testemunho bíblico e sua pauta de reivindicações normalmente está ligada a questões de ordem moral com amplo apoio nas camadas mais populares e classes médias. Magali do Nascimento Cunha tem escrito textos esclarecedores sobre este tema2.

Um dos argumentos que mais pesou nas últimas eleições foi o da corrupção da classe política, com foco na corrupção promovida durante os 4 últimos mandatos dos governos do PT – Partido dos Trabalhadores, sem distinção de responsabilidades dos outros partidos da base de apoio do governo. O que ocorreu na mídia foi a “demonização” do PT e de alguns de seus dirigentes, em especial, do ex-presidente Lula, depois condenado pelo juiz Sérgio Moro a mais de 9 anos de prisão, pena elevada para 12 anos por juízes do TFR 4 de Porto Alegre. O que tivemos no Brasil, durante os últimos 5 anos, foi um verdadeiro massacre midiático instigando a população brasileira contra o PT, fenômeno que ficou conhecido como *antipetismo,* um dos elementos sociológicos que explica a vitória do candidato ultradireitista Jair Bolsonaro.

Como vivemos um momento surrealista no país, será preciso explicar como um político que durante 27 anos participou ativamente como político profissional desde sua base no Rio de Janeiro e cuja passagem pelo parlamento foi completamente inexpressiva (ele nunca apresentou um projeto consistente em sua vida parlamentar), conseguiu empolgar uma expressiva maioria da sociedade e acabou sendo eleito presidente do Brasil, sem participar de debates nas televisões e sem apresentar um programa mínimo do que pretendia fazer se fosse eleito. Além do PT, ele derrotou o MDB, o PSDB (que praticamente foi colocado na lona) e outros partidos do chamado “centrão”, uma expressão ambígua que procura reunir o que de mais fisiológico existe na política institucional brasileira. Este fenômeno histórico demandará nos próximos tempos estudos e análises as mais diversas para explicar como isto pode acontecer, especialmente depois de mais de três mandatos de um governo com viés popular.

Neste artigo, porém, o foco será o **discurso religioso** que alavancou esta vitória política do capitão reformado, expulso do Exército brasileiro por desservir a instituição, mas que agora parece incensado pelos atuais comandantes militares. Não por acaso ele escolheu um general da reserva, Hamilton Mourão, como seu vice, depois de várias negativas de outras pessoas da sociedade civil que rejeitaram o convite.

**1. Brasil acima de tudo – Deus acima de todos**

Este foi o lema da campanha do capitão candidato que ele repetiu à exaustão durante toda a campanha. Quem conhece a história política do Ocidente, especialmente da Europa na primeira metade do século 20, imediatamente associa este slogan ao de Adolf Hitler e ao nazismo. Isto é bem claro, apesar de – no caso brasileiro – aparecer o acréscimo flagrante do nome de Deus: Deus acima de todos. No caso alemão a frase era "Deutschland über alles", que quer dizer "Alemanha acima de tudo". O que chama a atenção é que o candidato estava tão seguro do apoio que teria na população que em nenhum momento teve qualquer dúvida em esconder sua posição ideológica. Mas contraditoriamente, depois de eleito, chega ao ponto de afirmar que o nazismo foi um movimento de “esquerda”, algo que na última visita a Israel deixou constrangidos até mesmo seus apoiadores naquele país. A gente se pergunta se pode levar a sério uma pessoa como esta. Mas ela acabou sendo eleita – numa conjuntura muito específica da história política recente do Brasil – como presidente do país.

De 147.302.354 eleitores e eleitoras aptos a votar, o capitão recebeu 57.796.986 votos, 55,13% dos votos válidos. Entretanto, 89.505.368 pessoas, pelas mais diversas razões, não o escolheram. Agora, ele governa insinuando-se como se fosse um messias – palavra de que ele se vale, pois a tem no nome – que vai salvar o país, incentivando o uso de armas, afrouxando leis ambientais e de trânsito. Salvar de quê mesmo? O verbo tem um forte apelo religioso.



[Imagem: https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/amp/]

**2. Uso e abuso do nome de Deus**

Uma destacada jornalista brasileira – Eliane Brum – que escreve regularmente para o jornal espanhol *El País*, publicou no dia 01 de janeiro deste ano, após ouvir o discurso de posse do novo presidente, um artigo que descortina algo do viés extremista e abusivo do nome de Deus por parte do capitão. Ela escreveu: Deus não só “está acima de todos”, mas converteu-se numa muleta eleitoral de Bolsonaro. No discurso do candidato, Deus escolheu um lado, determinou o resultado das eleições e agora se prepara para governar o maior país da América do Sul e a devolver-lhe sua prosperidade perdida, principalmente se considerarmos a campanha ininterrupta sobre a corrupção presente nas mais altas instâncias do poder político no Brasil, especialmente nas suas grandes empresas privadas e públicas. Aliás, a mídia esconde no discurso midiático que a alta economia só funciona *por causa* da corrupção das autoridades e de muitos integrantes da classe política, independentemente de partido.

Um artigo recente sobre que empresas foram beneficiadas pelo projeto das desonerações fiscais (que comprometeu a arrecadação para o INSS) mostra claramente que o maior número de empresas está situada no Sudeste e Sul do país, sem que a anunciada volta dos empregos segunda a necessidade de milhões de desempregados tenha se realizado. Este é o típico exemplo do uso do dinheiro público para *fins* privados, como se o Estado fosse um *banco particular das empresas,* em detrimento da imensa maioria da população (cf. Juliano Giassi Goulart: A trajetória da política fiscal de desoneração tributária no Brasil, in *Le Monde Diplomatique Brasil*, janeiro 2019, p. 16s).

Tal narrativa político-religiosa em relação à corrupção parece ser novidade na cena política brasileira, especialmente sobre sua contundência, sua efetividade em grande parte do eleitorado crente, com o apoio de um importante conjunto de igrejas pentecostais e neopentecostais e seus líderes, campo religioso sabidamente em crescimento vertiginoso nas últimas décadas. Tal crescimento se manifestou politicamente na eleição de muitos candidatos em todos os níveis da organização política (municipal, estadual e federal).

O abuso do nome de Deus, entretanto, pode ser avaliado na seguinte declaração do novo embaixador brasileiro Ernesto Araújo, em artigo publicado nos EUA na revista *The New Criterion*: “Deus voltou e a nação voltou. Uma nação com Deus. Deus através da nação”. Como escreveu Eliane Brum, a eleição de Bolsonaro foi obra do próprio Deus em pessoa e divindade. O embaixador foi ainda mais longe em sua retórica: “Os cidadãos se reconectam uns com os outros e descobrem que formam uma nação. O próprio Deus, que era um prisioneiro triste [...], volta a circular livremente pela alma humana”. Em sã consciência, quem é capaz de afirmar isto sobre o Brasil? Estes senhores desconhecem a realidade brasileira? A imensa desigualdade que impera na sociedade impondo a miséria e a pobreza para a maior parte de seu povo? Desconhecem eles a crescente violência que atinge todas as pessoas, independentemente da classe social a que pertencem, mas com danos cada dia mais graves contra jovens e negros em nosso país? Fecham eles os olhos e ouvidos para os crimes ambientais que assolam a terra brasileira, desde os rompimentos das barragens das empresas mineradoras (Mariana, Brumadinho – MG; Barcarena – PA; Machadinho – RO) até o aumento exponencial do uso de agrotóxicos nas lavouras do agronegócio e que estão matando a população brasileira com a contaminação das terras, das águas, e destruindo a vida de mulheres grávidas e de bebês ainda no ventre materno? Fecham eles os olhos para o crescente feminicídio que assola a vida das mulheres brasileiras? Ou a perseguição aos povos indígenas, a invasão de seus territórios por madeireiras, mineradoras e garimpo ilegal, além do agronegócio?

**3. Sobre a perversão do nome de Deus**

Ainda conforme Eliane Brum, há uma crescente confusão – que me parece premeditada, planejada – entre o nome de Deus e o nacionalismo, mas não qualquer nacionalismo, e sim um nacionalismo *torto* feito *à medida dos interesses neoliberais* que prevalecem na orientação econômica que já se mostra agressiva e regressiva como nunca antes e como se tem visto nos primeiros seis meses deste governo. Quanto ao sentido desse uso, Eliane Brum adianta uma interpretação importante para nós teólogas e teólogos. Sintomaticamente, ela se pergunta: em que crê o **Deus de Bolsonaro?** Então responde: Deus crê que os negros, que são os mais pobres e os que mais morrem por violência e enfermidades, viviam felizes antes que Lula e o PT “inventaram” as tensões raciais. Deus pensa que as escolas brasileiras se converteram num bacanal infantil, estimulado por docentes adeptos da “ideologia de gênero”. Deus odeia o mundo globalizado. Deus crê que os migrantes podem ameaçar a soberania da nação. Deus está seguro que o Brasil se aproximou demais da China. Deus é tão fã de Donald Trump que até pode colocar na cabeça um chapéu com o nome do presidente dos EUA.

O argumento apenas amplia diferentes declarações do agora presidente, mas com a devida ironia. Por isto, também coloca o *outro lado* desse Deus estranho*.* Se o **Deus de Bolsonaro** crê, **também descrê**. Ele não acredita que a ditadura brasileira – esse período trágico da vida brasileira que durou 21 anos (1964-1985) e que contabiliza milhares de pessoas sequestradas, torturadas, expulsas do país e assassinadas nos porões e casas de morte – foi mesmo **uma ditadura**. Tampouco crê no aquecimento global. Para este Deus estranho tudo isto é invenção da “esquerda”, do “comunismo’ ou do “marxismo cultural”, este último exercendo uma verdadeira dominação cultural na educação brasileira e que precisa urgentemente ser expurgado a qualquer custo, nem que para tanto seja preciso reescrever todos os livros didáticos das escolas públicas brasileiras. Se esta interpretação é verdadeira, e creio que é, estamos diante de um **abuso sem precedentes** da velha cultura religiosa que impera no Brasil desde os tempos coloniais: **o uso *ad absurdum* do nome de Deus para justificar a opressão, a miséria e o crime** *contra* a população brasileira, sobretudo a mais pobre. E o mais terrível, com o *apoio eleitoral* de parte dessa mesma população.

Leonardo Boff, o conhecido teólogo da Teologia da Libertação, com a sabedoria que seus 80 anos lhe conferem, escreveu um texto em que afirma que tal uso político do nome de Deus se caracteriza como *blasfêmia* (texto 29/03/2019, blog pessoal). Ele escreveu: “Vivemos atualmente num país dilacerado por ódios viscerais, por acusações de uns contra os outros, com palavras de baixíssimo calão e por notícias falsas (*fake news*) produzidas até pela autoridade máxima do país, o atual presidente. Com isto ele mostra a falta de compostura em seu alto cargo e das consequências de suas intervenções, além dos despropósitos que profere aqui e no exterior”. Depois de citar o famoso lema de Bolsonaro que comentei acima, L. Boff escreve: “O segundo mandamento é claro [ao advertir] ‘não usar o nome de Deus em vão’. Só que aqui o uso do nome de Deus não é apenas por abuso, mas representa uma verdadeira blasfêmia. Por quê? Porque não há como combinar Deus com ódio, com elogio à tortura e a torturadores e com as ameaças a seus opositores como fazem Bolsonaro e seus filhos”.

Não se pode esquecer que no dia da votação da abertura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (17/04/2016), Bolsonaro dedicou seu voto a um dos mais terríveis torturadores da época da ditadura, o capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, já falecido. O atual presidente, por outro lado, não tem a mínima ponta de arrependimento ao louvar o uso das armas para combater adversários, como se pode ver em fotos empunhando armas durante a campanha de 2018, e ainda agora em sua recente visita a Israel, como se constatou numa foto tornada pública em muitos meios de comunicação no mundo inteiro. Confira a foto no link abaixo:



[Imagem: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-publica-foto-com-arma-em-israel-defendendo-armamento-da-populacao,70002775661]

Depois de recordar que o Deus de Jesus é amor e misericórdia, L. Boff continua: “O ‘bolsonarismo’ conduz uma política como confrontação com os opositores, sem diálogo com o Congresso, política entendida como um conflito, de viés fascista. Isto não tem nada a ver com o Deus-amor e o Deus-misericórdia. Consequentemente, propaga e legitima, a partir de cima, uma verdadeira cultura da violência, permitindo que cada cidadão possa possuir até quatro armas. A arma não é um brinquedo para o jardim de infância, mas um instrumento para matar ou se defender mutilando ou matando o outro”. E mais adiante: “Que Deus é esse que o leva a tirar o direito dos pobres, a privilegiar as classes abastadas, a humilhar os idosos, a rebaixar as mulheres e a menosprezar os camponeses, sem perspectiva de uma aposentadoria digna ainda em vida?”

Seria possível citar vários articulistas que escrevem nos jornais do país, mulheres e homens sem vínculo com comunidades religiosas, e que têm escrito críticas contundentes a estes discursos envoltos numa teia *religiosa e piedosa* que até pode convencer pessoas crédulas e ingênuas, mas não conseguirá se sustentar ao longo do tempo e diante de fatos que desfazem a falsa retórica. O uso do nome de Deus é algo muito grave e que na boca de quem o utiliza pode queimar.

Escrevi antes da eleição de 2018 uma crônica sobre o uso pervertido de certas palavras. No texto lembrava que palavras ferem, podem induzir ao ódio, à covardia e à destruição de outra pessoa. Fazendo referência ao poeta pantaneiro Manoel de Barros, lembrava que há momentos em que é preciso “escovar palavras” como os arqueólogos fazem com ossos para descobrir histórias passadas. No caso do atual presidente, muitos dos seus discursos incitam justamente ao ódio e à intolerância, à desfaçatez, ao delírio coletivo mórbido.

O psicanalista Contado Caligaris, em recente entrevista ao jornal *Zero Hora*, suplemente Doc (30-31/03/2019, p. 12-14), afirma: “vivemos uma onde de psicopatia no país”. Mais incisivo, disse ainda que se tivesse que descrever qual é a doença do século 21, ela estaria entre a perversão e a psicopatia. Se ele tem razão em sua análise, estamos vivendo um momento verdadeiramente trágico no país. Pois, parece que nos encontramos diante de um verdadeiro caso psicanalítico que estes profissionais deverão analisar para nos ajudar a entender, para que como nação possamos recuperar – num futuro que espero não seja tarde demais – , a lucidez e a paz social necessárias para reconstruir o que está sendo destruído sistematicamente em diversos âmbitos da vida nacional e num período desgraçadamente rápido: na educação, na saúde, nas questões ambientais, nas relações de trabalho, na economia, na política e não por último na desastrada política internacional, como se viu na última visita que o presidente fez ao Estado de Israel, ignorando totalmente o povo e a causa palestina.

O caso do Brasil atualmente serve para um vigoroso alerta à teologia prática, às igrejas e especialmente aos governantes. **Não se usa impunemente o nome de Deus. A perversão do uso do nome de Deus tem preço**. O deus do ódio, como escreveu a jornalista Eliane Brum, **não é definitivamente** o Deus de Jesus, dos profetas, da cruz e da ressurreição. O abuso desse nome pode nos levar a uma tragédia maior do que aquela que já vivemos neste grande e pobre país.

Meu colega pastor e mestre Hans Trein escreveu que, mesmo quando se afirma com certa razão que Deus é Senhor sobre todos os pretensos senhores da terra, podemos incorrer em uma falsa concepção de Deus se interpretamos mal esta tradição. Porque o Deus bíblico não se apresentou assim, mas antes como um Deus que ouve, escuta o clamor do seu povo e *desce* para libertá-lo da escravidão (Êxodo 3), de todas as escravidões passadas e presentes. É antes um **Deus peregrino**, que caminha com sua gente, sofre com ela, chora com ela, se compadece até as entranhas como escreveu o profeta Oséias. É um Deus que como Jesus não tinha onde reclinar a cabeça e sofreu a morte de cruz, o suplício do Império contra seus opositores. Qualquer outra imagem atualmente se torna***ídolo*,**como afirma o filósofo Enrique Dussel em vários de seus escritos. Por isto concluo estas reflexões com o seguinte.

Esta *pseudo-teologia* que se instalou junto ao poder político no Brasil é extremamente perigosa. A recente participação do Presidente Bolsonaro na Marcha para Jesus em São Paulo (junho de 2019) poderia ser um exemplo dessa teologia equivocada. Ela é, na verdade, uma *teologia nefasta* que precisa ser urgentemente denunciada e combatida com a mensagem do evangelho. E nele ouvimos de Jesus que quem ama não incita ao ódio nem ao uso das armas. Em João 15, Jesus afirma que já não chama mais seus seguidores e seguidoras de *servos,* mas de amigos, amigas. E amigo é “quem dá vida por seus amigos e amigas” (João 15.13), mas jamais incita ao ódio. Pelo contrário, com Jesus aprendemos que o teste mais verdadeiro do amor ao próximo é o amor *ao inimigo* (Mateus 5.44ss)*,* por mais difícil que seja. Este Jesus não aceita o uso em vão do nome de Deus. Ocorre que o amor ao inimigo, por vezes, exige a luta *contra ele*, melhor, contra suas *maldades ou iniquidades,* na justa linguagem dos Salmos, já que não se trata de *eliminar o inimigo*, mas antes libertá-lo de sua maldade e ignorância fatal.

*Roberto E. Zwetsch é teólogo, professor associado do PPG de Faculdades EST, membro do Grupo de Pesquisa Identidade Étnica e Interculturalidade, e pastor luterano (IECLB). Agradeço ao colega pastor e mestre Hans A. Trein por suas sugestões incorporadas neste texto.*

*\* Texto apresentado na Conferência Internacional de Teologia Prática realizada na Faculdades EST - São Leopoldo, RS, de 04-08 de abril de 2019.*

*Imagem:* [*https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/amp/*](https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/amp/)

**Notas**

1 Cf. MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil:** lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

2 Cf. CUNHA, Magali do Nascimento. Um olhar sobre as eleições a partir da fé cristã. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582941-um-olhar-sobre-as-eleicoes-a-partir-da-fe-crista>

**Referências**

BOFF, Leonardo. A blasfêmia de Jair Bolsonaro: que “Deus” acima de todos? (blog pessoal – 29/03/2019)

BRUM, Eliane. El Dios del odio de Bolsonaro. *El País*, 01/01/2019.

BRUM, Eliane. O homem mediano assume o poder. *El País*, 04/01/2019.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil:** lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

WESTHELLE, Vítor. **O Deus escandaloso.** O uso e abuso da cruz. Trad. Geraldo Korndörfer. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2008.

ZWETSCH, Roberto E. Lutero, justiça social e poder político. In. ZWETSCH, Roberto E. (Org.). **Resgatando a radicalidade da Reforma protestante***.* São Leopoldo: CEBI, 2019, p. 210-229.